

## O tempo das paixões tristes: notas sobre desigualdades e ressentimentos

*The time of sad passions: notes about inequalities and resentments*

*La época de las pasiones tristes: notas sobre desigualdades y resentimientos*

Caroline Birnfeldt<sup>1</sup>

Deise Andreia Enzweiler<sup>II</sup>

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

O ódio e ressentimento alimentam a emergência contemporânea de disputas e práticas reacionárias em diferentes lugares do mundo, propagando o declínio da democracia e de seus respectivos princípios. Com base nessa contextualização, destaca-se que o livro tem como temática central a experiência das desigualdades. As reflexões propostas nos quatro capítulos articulam-se tanto a aspectos históricos das desigualdades quanto a suas novas manifestações e efeitos nas configurações sociais. Têm como eixo estruturante a análise de um *sistema das desigualdades múltiplas*. Como ponto de partida para compreender o fim das classes, é importante entender que não se trata de uma crise pontual, mas de uma característica estrutural das sociedades no capitalismo globalizado.

Defende-se que, mais do que a amplitude das desigualdades no presente, vive-se uma transformação do seu sistema. Tal mudança, por sua vez, explicaria as cóleras, os ressentimentos e as indignações no presente. Há uma nova economia moral com relação à forma como são vividas as desigualdades, especialmente pelo declínio das sociedades industriais, marcadas pela lógica das classes sociais. Em uma configuração anterior, as desigualdades pertenciam a um sistema considerado injusto, mas estável e compreensível. Com tal declínio, elas se diversificam e se individualizam, mudam de natureza, transformando o caráter de compreensão ao difratarem-se em provocações individuais e sofrimentos íntimos. Neste novo sistema, a experiência das desigualdades se tornaria mais complexa, pois os sujeitos seriam desiguais *na qualidade de*: cada indivíduo pode ser atravessado por inúmeras desigualdades, que não cessam de se multiplicar, uma vez que são forjadas de uma infinidade de critérios e dimensões, passíveis de conjugação mútua. Esta nova economia moral é caracterizada por um novo tipo de individualismo, que fratura as identidades coletivas e individualiza a experiência das desigualdades. Estas, por sua vez, configuram-se como clivagens, distanciando-se de uma posição fixa.

Para evidenciar o caráter histórico que configura outras e novas formas de vivenciar as desigualdades — das classes sociais às clivagens —, propõe-se uma reflexão retomando distintos momentos históricos para explicar o que se denomina de *o fim das classes*. Recorre-se ao Antigo

<sup>1</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: [cbirnfeldt@gmail.com](mailto:cbirnfeldt@gmail.com)  <http://orcid.org/0000-0001-8450-0472>

<sup>II</sup>Instituto Federal de Santa Catarina, Lages, SC, Brasil. E-mail: [deiseandrea@gmail.com](mailto:deiseandrea@gmail.com)  <http://orcid.org/0000-0001-6971-937X>

Regime, no qual as ordens e castas delimitavam os papéis e as respectivas possibilidades sociais dos sujeitos de acordo com sua filiação. Já no período da Revolução Industrial, as classes sociais passam a ter centralidade na delimitação das desigualdades e das próprias lutas travadas para sua respectiva diminuição. Nesse contexto, o Estado de Bem-Estar Social passou a operar como modelo de justiça, especialmente nos contextos europeu e norte-americano. No cenário do capitalismo globalizado, tal reconfiguração passaria pela mutação dos sistemas de classes e novos parâmetros de justiça, a partir do qual se passaria da classe dos explorados à conformação da classe dos inúteis.

Delimita-se que se trata de um aparato composto de grupos múltiplos e definidos por critérios heterogêneos. O desprezo, característico da ausência do reconhecimento de determinados grupos, torna as desigualdades experiências que são vividas como desafios subjetivos. As desigualdades são marcadas pela amplitude, pela natureza e pelo próprio sistema ao qual pertencem. Especialmente por meio das reflexões teóricas de Nancy Fraser e Axel Honneth, as formas de ausência de reconhecimento remetem a princípios de justiça distinto: não se trata apenas do reconhecimento *de quem*, mas também se remete ao reconhecimento *de quê*.

O sistema das desigualdades múltiplas articula-se a um novo modelo de justiça que produz discriminações. É caracterizado pela lógica das igualdades de oportunidades meritocráticas, na qual os sujeitos são levados a participar de uma competição. No caso da escola, espaço ao qual o autor recorre para exemplificar várias de suas reflexões, trata-se de um tipo de competição obrigatória da qual nem todos os envolvidos, *a priori*, talvez desejassem participar. Por vezes, seus fracassos podem ser apresentados como resultado de suas escolhas. Em uma configuração social precedente, articulada às classes sociais, as desigualdades mostravam-se como lutas a serem enfrentadas coletivamente. Na perspectiva das desigualdades múltiplas, elas se tornam experiências singulares, caracterizadas como cadeias de múltiplas interações. A individualização das desigualdades multiplica as lutas, mas não é capaz de fazer com que elas convirjam em uma luta comum.

A experiência das desigualdades torna-se um tipo de experiência moral, marcada por sentimentos como o desprezo e a ausência de reconhecimento. Dubet (2020) define três princípios que caracterizariam as desigualdades como injustas: 1. igualdade; 2. mérito; e 3. autonomia. A igualdade mostra-se como algo fundamental entre os indivíduos, apesar das desigualdades sociais; já o mérito deveria produzir desigualdades justificáveis em função dos esforços, dos talentos e da utilidade de cada um; e, por fim, a autonomia não deveria obstruir a criatividade e liberdade dos indivíduos, pois as desigualdades não poderiam estar associadas a um domínio excessivo. No entanto, os três princípios são antagônicos entre si: a plena realização do mérito destruiria a igualdade, o que torna contraditória a adesão tanto à igualdade como ao mérito.

Considerando-se as definições teóricas centrais do autor, é importante destacar a pertinência dessas discussões no cenário social, econômico e político do século XXI. Por exemplo, as cóleras atuais são compreendidas como resultado de ressentimentos variados. Entre os fatores preponderantes para a produção destes fenômenos sociais, destaca-se a explosão da comunicação digital. Trata-se de uma nova economia da palavra, na qual impera um tipo de pseudodemocracia da opinião, em que cada um se torna um militante de sua(s) própria(s) causa(s). Nessa forma de ocupar o digital, a cólera e o ressentimento, outrora reservados à intimidade ou a pequenos grupos, avançam com força à esfera pública.

Por outro lado, a comunicação digital nos moldes atuais inaugura novas formas de expressão das paixões em espaços públicos (digitais). Trata-se de questões morais profundas e que configuram formas de resistir ao desprezo. Se no sistema de desigualdades marcado pelas classes sociais as lutas eram coletivas e ligadas a grupos institucionalizados, na lógica do sistema das desigualdades multiplicadas elas são sentidas na perspectiva dos distúrbios e das emoções. Se antes havia a figura do adversário, contra o qual a cólera se transformava em um conflito que gerava manifestações, hoje a dificuldade é apreender um adversário que é difuso: a globalização, o neoliberalismo, as tecnologias, etc.

Ao identificar alguns aspectos deste novo sistema, adverte-se para outro aspecto central: *a cultura e o mercado se separam*. Tomando por base estudos realizados no contexto europeu, destaca-se que na atualidade os receios econômicos são bem mais fracos que os receios nacionais e culturais. Sinalizam que estaríamos diante de um duplo movimento de individualismo: 1. a crise endêmica das instituições de socialização, entre elas a escola, agora convocada a responder às demandas de satisfação pessoal dos alunos e não mais à formação do cidadão virtuoso; e 2. a justaposição de interesses contraditórios, como a possibilidade de dupla manifestação contra o aquecimento global e contra o aumento do preço dos combustíveis.

Neste contexto complexo, o autor nos convida a refletir sobre uma estranha alquimia moral que não configura um retorno ao fascismo: ao mesmo tempo que se reivindica mais liberdade individual, também se solicita mais mercado e mais autoridade contra os danos da própria liberdade e do individualismo. Por mais que a indignação possa ser caracterizada como emoção positiva, ela não consegue efetivar ações políticas concretas, conectando-se muito mais às ondas de populismo. Sinaliza-se que a experiência das desigualdades não tem encontrado expressão política na atualidade, somada a outros aspectos que tornam o cenário atual complexo, como o enfraquecimento dos sistemas democráticos e as crises econômicas. Faz-se necessária a transformação da indignação em força social.

A leitura desta obra mostra-se pertinente para compreender as metamorfoses do contexto histórico entre os séculos XX e XXI e, por conseguinte, a própria conjuntura contemporânea brasileira, marcada por desigualdades individuais e não de classes, melancólicas e calcadas no ressentimento e no ódio, capturados por movimentos populistas que minam a busca por igualdade social. Apesar de ser uma obra cujo campo de análise sociológica se atrela a um contexto político e histórico distinto do latino-americano, é possível estabelecer pontos de contato com a realidade brasileira, na qual a pauta e o debate público do recrudescimento das desigualdades em suas variadas dimensões são urgentes. No campo educacional, estas reflexões mostram-se fundamentais para compreender os desafios formativos que o século XXI impõe ao espaço escolar e ao ato de educar. As desigualdades multiplicadas, além de impactarem os desempenhos escolares dos sujeitos, também necessitam ser pauta de reflexão no espaço da escola voltada à formação cidadã e democrática. A indignação precisa ser compreendida e outros afetos necessitam ser mobilizados para que os ressentimentos e as cóleras não se tornem a única resposta possível perante as injustiças que agridem o princípio de justiça comum. Mediante nossa análise sobre a obra resenhada, o princípio da justiça comum é um valor que necessita ser repensado e reforçado na atualidade. A escola tem papel fundamental neste projeto formativo de futuro.

## REFERÊNCIA

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

**Como citar este artigo:** BIRNFELDT, Caroline; ENZWEILER, Deise Andreia. O tempo das paixões tristes: notas sobre desigualdades e ressentimentos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300004, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300004>

**Conflitos de interesse:** As autoras declaram que não possuem nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

**Financiamento:** O estudo não recebeu financiamento.

**Contribuições das autoras:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição: Birnfeldt, C.; Enzweiler, D.A.

## **SOBRE AS AUTORAS**

CAROLINE BIRNFELDT é doutoranda em educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

DEISE ANDREIA ENZWEILER é doutora em educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Recebido em 21 de outubro de 2021

Aprovado em 17 de dezembro de 2023

